

Maio de 2003

***Apresentação da Proposta de Exclusão de Blocos de
Exploração e Produção de Petróleo e Gás no
Banco dos Abrolhos e Adjacências***

CONSERVATION INTERNATIONAL BRASIL

INSTITUTO BALEIA JUBARTE

NEMA

BIRDLIFE BRASIL

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DE RECIFES DE CORAL - CORALLUS

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA

APRESENTAÇÃO

A Conservation International Brasil, juntamente com o Instituto Baleia Jubarte (IBJ), o NEMA - Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental, a Birdlife Brasil, a Sociedade Brasileira de Estudos de Recifes de Coral - Corallus e a Fundação SOS Mata Atlântica, preocupados com os impactos ambientais decorrentes da exploração de petróleo e gás natural na região do Banco dos Abrolhos, estão disponibilizando publicamente o presente documento, com o objetivo de estimular uma re-avaliação da alocação de alguns dos blocos exploratórios a serem concedidos durante a Quinta Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo. O estudo foi produzido por dois consultores especializados e revisado por algumas das maiores autoridades em biodiversidade e conservação marinha do Brasil. O processo de revisão, que contou com críticas e sugestões de pesquisadores de diversas regiões do país, culminou com uma Reunião de Trabalho realizada no Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, em 19 de maio de 2003. Durante essa reunião, além de debatidos os resultados e a metodologia empregada, consolidou-se o apoio de diversas pessoas e instituições à proposta de exclusão de 243 blocos localizados nas porções mais sensíveis do Banco dos Abrolhos (de um total de 1.070 blocos oferecidos pela ANP). Esperamos que esse documento motive um debate mais amplo sobre a alocação de blocos exploratórios em áreas ambientalmente sensíveis, compatibilizando o desenvolvimento econômico do país com as premissas de desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade.

Caravelas, 26 de maio de 2003.

Programa Marinho
Conservation International Brasil
g.dutra@conservation.org.br

Relevância Biológica de Abrolhos. Os recifes coralíneos brasileiros são reconhecidos como áreas prioritárias para conservação da biodiversidade marinha no Oceano Atlântico. O Banco dos Abrolhos, uma área rasa com cerca de 32.000 km² ao largo da costa sul da Bahia, representa a região com maior biodiversidade do Atlântico Sul. Essa região única compreende um mosaico de ambientes costeiros margeados por remanescentes de Mata Atlântica, abrangendo recifes de coral, fundos de algas, manguezais, praias e restingas. Diversas espécies endêmicas ocorrem em Abrolhos, incluindo corais, crustáceos e moluscos, bem como tartarugas marinhas e cetáceos ameaçados de extinção. Esta foi declarada pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2002, área de *Extrema Importância Biológica*, com base no “Workshop para Definição de Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade Costeira e Marinha do Brasil”. O primeiro Parque Nacional Marinho do Brasil foi criado justamente nessa região, ao largo das ilhas que compõem o Arquipélago dos Abrolhos, aonde se encontram algumas das mais importantes colônias de aves marinhas do país. O Banco dos Abrolhos também representa a principal área de reprodução de baleias-jubarte no Atlântico.

Relevância Sócio-econômica. As comunidades costeiras do Banco dos Abrolhos têm como principais atividades econômicas o turismo ligado à natureza e a pesca, que é predominantemente artesanal. Abrolhos representa a região mais piscosa da Bahia, com capturas mensais por pescador chegando a 639,77 kg/mês, o que representa até três vezes mais do que as capturas em outras regiões do Nordeste. Além da importância da pesca, da qual depende a renda e subsistência de milhares de pessoas, o turismo merece especial destaque na economia regional e estadual, tendo recebido, no ano de 2000, mais de 1 milhão de turistas somente na Costa do Descobrimento. Para se ter uma idéia dessa importância, basta observar o substancial montante investido pelo PRODETUR na região, atingindo mais de US\$ 100 milhões. Investimentos estaduais no setor, atingindo mais de US\$ 2,2 bilhões, também têm desencadeado uma série de investimentos privados estimados em cerca de US\$ 4,9 bilhões para o período entre 1991 e 2012. O turismo gera mais de 80.000 empregos diretos e indiretos na região, segundo o PRODETUR, e a receita turística da região, que corresponde a 27% da receita turística da Bahia, gerou US\$ 231 milhões no ano de 2000.

A Exploração de Petróleo no Brasil. Desde as primeiras descobertas de petróleo no Brasil, no final da década de 1930, as operações de exploração e produção foram monopolizadas pelo Estado, através da PETROBRAS. A partir de 1968 foi iniciada a exploração em áreas marinhas brasileiras, a qual atualmente representa cerca de 84% da produção nacional, projetada para alcançar 1,85 x 10⁶ barris/dia em 2005. Em 1998, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) foi criada, abrindo a possibilidade de exploração por empresas privadas, e através de licitações internacionais, vários blocos exploratórios foram concedidos a estas empresas. Uma quinta rodada de licitações está planejada para agosto de 2003, abrangendo 192.135 km², dentre nove bacias sedimentares. Uma dessas bacias inclui boa parte do Banco dos Abrolhos.

Riscos e Impactos Inerentes à Produção de Petróleo no Mar. Os graves incidentes com derramamento de óleo não representam a única fonte de riscos e impactos ambientais negativos advindos da exploração e produção de hidrocarbonetos no mar. A etapa inicial de levantamentos sísmicos para mapeamento do subsolo implica em uma série de efeitos físicos, sensoriais e comportamentais - agudos e/ou crônicos - na biota marinha. A fase de perfuração, que geralmente não excede 45 dias por poço perfurado, pode desencadear impactos agudos sobre a fauna e flora, uma vez que são descartados fluidos de perfuração e cascalhos saturados de diferentes substâncias e compostos tóxicos, incluindo metais pesados como Mercúrio, Cádmiio, Zinco, Cromo e Cobre. A fase de produção/escoamento e a desativação destes empreendimentos originam uma série de impactos de natureza crônica, incidentes por longo prazo (às vezes por décadas), devido aos descartes sistemáticos de água de produção e substâncias tóxicas utilizadas na manutenção e testes com os dutos de escoamento, emissões atmosféricas decorrentes do processo industrial e da queima periódica ou constante

de parte do gás associado ao petróleo, entre outros. Nas águas rasas do Banco dos Abrolhos, estas substâncias podem ser transportadas para os sedimentos e afetar ainda mais a vida marinha. A ocorrência de incidentes de derramamento de hidrocarbonetos na região poderia ocasionar impactos drásticos nos recifes de corais e manguezais, pois estes são os ambientes mais sensíveis aos derramamentos. As conseqüências socioeconômicas para as comunidades costeiras que dependem destes ambientes para a pesca e para o turismo poderiam ser igualmente drásticas.

Padrões Ambientais. De 1968 até o final da década de 1990, a exploração e produção de hidrocarbonetos em águas marinhas brasileiras não foi sistematicamente submetida a licenciamento ambiental. Apenas a partir de meados da década de 1990 começaram a surgir as primeiras regulamentações específicas para o setor, na forma de Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Mais recentemente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) iniciou o necessário aprimoramento dos padrões ambientais para a indústria do petróleo e gás, contemplando também uma série de peculiaridades dos ecossistemas marinhos. Um dos progressos mais significativos nesse sentido foi a criação do Escritório de Licenciamento das Atividades de Petróleo e Nuclear (ELPN), em 1999. Apesar dos avanços, que incluem a publicação de padrões ambientais para atividades de perfuração (2002), modelagem de derramamentos (2002) e exploração sísmica (2003), o ELPN ainda não elaborou normatizações que contemplem, de forma integrada, as três principais fases das operações em ambientes marinhos (exploração sísmica, perfuração e produção/escoamento). A Lei N.9966/00, que dispõe sobre procedimentos para as atividades de exploração de petróleo e gás, também precisa ser regulamentada em seu artigo II, que trata das áreas ecologicamente sensíveis, como o Banco dos Abrolhos, garantindo um tratamento mais duradouro para a questão.

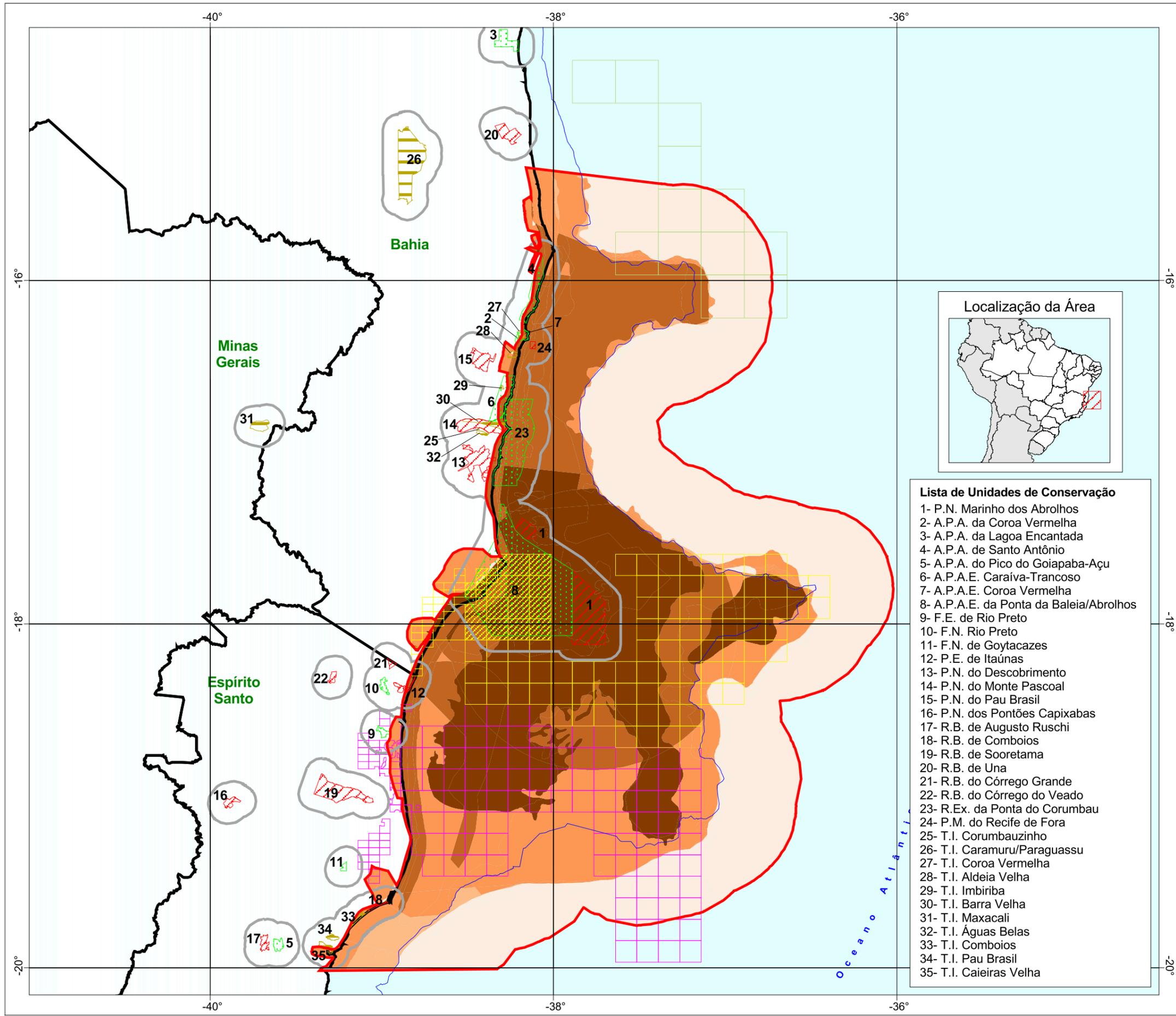
Estudo de Impactos. A Conservation International Brasil (CI Brasil), o Instituto Baleia Jubarte, o Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental, a Fundação SOS Mata Atlântica, a Sociedade Brasileira de Estudos de Recifes de Coral e a BirdLife Brasil, apoiados por universidades e instituições governamentais, e preocupados com a exploração de hidrocarbonetos no Banco dos Abrolhos, estão apresentando o estudo: "Avaliação de Impactos da Exploração e Produção de Hidrocarbonetos no Banco dos Abrolhos e Adjacências". Esse abrangente documento tem como objetivo motivar uma reavaliação da alocação de alguns blocos exploratórios localizados em porções mais sensíveis do Banco dos Abrolhos. As análises foram feitas com uso de tecnologia de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), considerando as três fases das operações e, também, consolidando a mais extensa e atualizada base de dados sobre a biodiversidade marinha brasileira, disponibilizada pelo Ministério do Meio Ambiente em 2002. A base de dados consolidada no documento inclui registros de tartarugas, cetáceos, peixes, plantas, corais, aves e comunidades bentônicas, contemplando também informações sobre o uso turístico e pesqueiro na região. As matrizes de recursos naturais, ecossistemas e indicadores sócio-econômicos foram confrontadas com os impactos potenciais e efetivos das operações de exploração e produção de hidrocarbonetos, resultando numa série de mapas que expressam a sensibilidade ambiental de cada bloco exploratório alocado no Banco dos Abrolhos. O estudo foi produzido por especialistas¹, tendo sido revisado durante uma Reunião de Trabalho organizada pela CI Brasil na Universidade Federal da Bahia (maio de 2003). Alguns dos maiores especialistas brasileiros em biodiversidade e conservação marinha participaram da avaliação desse estudo, revisando tecnicamente seu conteúdo e implicações².

¹ Gabriel Botelho Marchioro (oceanógrafo) e Marcelo Alessandro Nunes (engenheiro cartógrafo)

² Participaram desta revisão, representantes das seguintes instituições: Conservation International Brasil, Instituto Baleia Jubarte, Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental, Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Recifes Costeiros, Sociedade Brasileira de Estudos de Recifes de Coral, Birdlife Brasil, Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, Projeto TAMAR, Museu Nacional, Jardim Botânico, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, Universidade Federal da Bahia, Fundação Universidade do Rio Grande e IBAMA.

Proposta de exclusão de blocos da Quinta Rodada de Licitações. Como resultado desse estudo, as presentes instituições propõem a exclusão de 243 blocos (veja mapa anexo), de um total de 1.070, da Quinta Rodada de Licitações Internacionais promovida pela ANP (“Brasil Round 5”). Espera-se que a proposta de exclusão motive um debate mais amplo sobre a alocação de blocos exploratórios em áreas ambientalmente sensíveis, compatibilizando o desenvolvimento econômico do país com as premissas de desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade.

Área propsta para a Exclusão de Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás



Legenda

-  Limite da Área de Exclusão
-  Unid. de Conserv. de Proteção Integral
-  Unid. de Conserv. de Uso Sustentável
-  Terras Indígenas
-  Zona de Amortecimento das UCs
-  Linha Batimétrica de 60 Metros

Blocos do 5º Round

-  Bacia do Espírito Santo
-  Bacia do Jequitinhonha
-  Bacia do Mucuri
-  Áreas excluídas do 5º Round (14/03/2003)

Níveis de Sensibilidade Ambiental

-  Nível 1
-  Nível 2
-  Nível 3
-  Nível 4
-  Nível 5

Lista de Unidades de Conservação

- 1- P.N. Marinho dos Abrolhos
- 2- A.P.A. da Coroa Vermelha
- 3- A.P.A. da Lagoa Encantada
- 4- A.P.A. de Santo Antônio
- 5- A.P.A. do Pico do Goiapaba-Açu
- 6- A.P.A.E. Caraíva-Trancoso
- 7- A.P.A.E. Coroa Vermelha
- 8- A.P.A.E. da Ponta da Baleia/Abrolhos
- 9- F.E. de Rio Preto
- 10- F.N. Rio Preto
- 11- F.N. de Goytacazes
- 12- P.E. de Itaúnas
- 13- P.N. do Descobrimento
- 14- P.N. do Monte Pascoal
- 15- P.N. do Pau Brasil
- 16- P.N. dos Pontões Capixabas
- 17- R.B. de Augusto Ruschi
- 18- R.B. de Comboios
- 19- R.B. de Sooretama
- 20- R.B. de Una
- 21- R.B. do Córrego Grande
- 22- R.B. do Córrego do Veado
- 23- R.Ex. da Ponta do Corumbau
- 24- P.M. do Recife de Fora
- 25- T.I. Corumbauzinho
- 26- T.I. Caramuru/Paraguassu
- 27- T.I. Coroa Vermelha
- 28- T.I. Aldeia Velha
- 29- T.I. Imbiriba
- 30- T.I. Barra Velha
- 31- T.I. Maxacali
- 32- T.I. Águas Belas
- 33- T.I. Comboios
- 34- T.I. Pau Brasil
- 35- T.I. Caieiras Velha

Escala 1:2.500.000

25 0 25 50 75 100 Km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum Horizontal: Sad-69

Fonte: - Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade das Zonas Costeira e Marinha - MMA / 2002
- Mapa da Série Brasil Geográfico 1:5.000.000 - IBGE / 1997
- Agência Nacional de Petróleo - IBAMA/SIUC
- FUNAI

Março - 2003